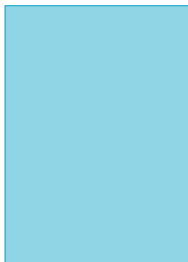


nº 59
**Setembro/
Outubro
de 2000**



Como vamos de Educação?

*Fernando Nunes**

EDUCAÇÃO E MATEMÁTICA

Directora
Ana Vieira

Redacção
Adelina Precatado
Ana Paula Canavarro
Conceição Rodrigues
Fátima Guimarães
Fernanda Perez
Helena Amaral
Helena Fonseca
Helena Rocha
Henrique M. Guimarães
Lina Brunheira
Maria José Boia
Paula Espinha
Paulo Abrantes

Colaboradores permanentes
A. J. Franco de Oliveira
Matemática

Eduardo Veloso
“Tecnologias na Educação Matemática”

José Paulo Viana
“O problema deste número”

Lurdes Serrazina
A matemática nos primeiros anos

Maria José Costa
História e Ensino da Matemática

Rui Canário
Educação

Composição e paginação
João Loureiro e Pedro Abrantes

Entidade Proprietária
**Associação de Professores
de Matemática**

Tiragem
5200 exemplares
Periodicidade
**Jan/Fev, Mar/Abr, Mai/Jun,
Set/Out, Nov/Dez**
Montagem, fotolito e impressão
Scarpa

Nº de Registo: 112807
Nº de Depósito Legal: XXXXXX

Abro o jornal de hoje (Público, 17 de Setembro de 2000) e lá está, na página 27, o anúncio dos objectivos do Governo para 2001, na área da educação: “Investir na qualidade, na descentralização, na autonomia e valorização da profissão docente”. Como professor fico contente por existirem preocupações expressas quanto à qualidade da educação, por se pretender alargar a autonomia e pela importância dada à valorização de uma profissão que é a minha. Posso afirmar que, dentro das minhas capacidades e limitações, tenho procurado esses objectivos e tentado desenvolvê-los dentro da minha esfera de acção, portanto não é a falta de acordo que me coloca algumas interrogações quanto às intenções enunciadas nas Grandes Opções do Plano para o próximo ano. Aliás não me recordo de qualquer governo anterior sustentar que a qualidade devia baixar, ou não se importar com ela, nem reivindicar objectivamente que a profissão docente devesse ser desvalorizada. Quanto ao alargamento da autonomia e à descentralização, tenho de reconhecer que o objectivo é relativamente novo e, para mim, resulta da compreensão de que muito do que se passa na educação, a grande fatia, não acontece nos corredores e gabinetes dos serviços centrais do Ministério da Educação.

Pode dizer-se que as ideias de autonomia, descentralização e flexibilização curricular foram sendo apresentadas nos últimos anos, como linhas de força da actuação do Ministério da Educação e constituem uma tentativa para cortar com a tradição do sistema de ensino português, tradição essa muito profunda e resultante de décadas de centralismo, normalização e rigidez curricular. Para todos os que exercem a profissão de docente, numa escola básica ou secundária, esta viragem apresenta-se como um desafio que para alguns é aliciante, para outros não tanto, mas que é sem dúvida desgastante pois vai obrigar a mudanças, em relação ao que são anos de trabalho e hábitos adquiridos. É precisamente aqui que as minhas dúvidas se colocam. É fundamental que as directivas emanadas para a educação, da responsabilidade dos serviços centrais do ME, levem em conta a dificuldade que a mudança envolve, sob pena de falharem as boas intenções. Tem de existir coerência entre as várias partes de um todo, que esteja claramente articulado e que terá de ser elaborado tendo em conta o sentir dos professores. Tem de existir uma continuidade na lógica adoptada, relativa à autonomia, descentralização e flexibilização, ao longo de um tempo alargado, que viabilize a construção progressiva de um novo estar em relação à educação e devem ser criadas as condições envolventes e os meios necessários para quem aceitar o desafio poder efectivamente geri-lo.

A paixão declarada do governo saído das penúltimas eleições deslocou-se para outras áreas, a pessoa à frente do Ministério da Educação mudou de rosto mais uma vez, há protestos de alunos que estão contra as mudanças curriculares anunciadas, existem professores que se sentem desconfortáveis e se queixam da falta de condições — de formação, de escassez de materiais ou de instalações adequadas, etc. — e parece-me que vem longe o tempo em que os vários serviços do Ministério da Educação trabalhem de forma concertada e harmoniosa. Assim sendo, e para responder à pergunta do título, não vamos bem de educação e, mais importante, pode estar tudo preparado para perdermos uma oportunidade de renovar um sector que precisa de acompanhar a enorme mudança que caracteriza o nosso tempo.

* EB 2,3 Marquesa de Alorna